



**Rede
Social
Lisboa**

Agenda Estratégica do Plano de Desenvolvimento Social 2017-2020

Nota Introdutória

O Plano de Desenvolvimento Social de Lisboa 2017-2020 é um compromisso estratégico a médio prazo, da cidade para a cidade - um traçar de rota para a igualdade e bem estar; um compromisso comum das organizações que na Rede Social de Lisboa assumem a responsabilidade de, forma partilhada, trabalhar para uma cidade mais justa e digna.

A Rede Social de Lisboa reúne representantes a nível local de organismos estatais - respondendo a variadas tutelas, autarquias - o Município de Lisboa e as Freguesias, organizações de diferentes origens - internacionais e nacionais, de distinta abrangência territorial - do bairro ao País, diferentes meios e recursos - sejam materiais ou financeiros e diferentes objectivos - da resposta específica ao mais amplo olhar; ou seja, a Rede Social compreende o universo de muita diferença que faz Lisboa, unidos no objectivo comum de contribuir para o desenvolvimento social da sua cidade. Uma Rede que funciona à escala da cidade - Conselho Local de Acção Social - e das freguesias - Comissões Sociais - mas que no Plano de Desenvolvimento Social de Lisboa 2017-2020 se encontram para contribuir para o aprofundamento da coesão social e territorial.

Ao longo de dois anos o universo das organizações que constituem a Rede Social de Lisboa (actualmente 425) foi definindo este documento, tendo como ponto de partida os resultados do Plano de Desenvolvimento Social 2013-2015 e o Diagnóstico Social de Lisboa 2015-2016, num processo de permanente consulta a todos os parceiros, fazendo uso de diferentes metodologias, em distintas escalas, num processo de participação do qual a Rede, e a cidade, se deverá justamente orgulhar.

O PDS 2017-2020 foi elaborado no final do período de austeridade que se prolongou até 2015, momento culminar do agravamento das condições sócio-económico da cidade com aumento do desemprego e em simultâneo com a diminuição dos suportes sociais, com evidentes consequências na deterioração das condições de vida dos públicos mais vulneráveis; em paralelo estes últimos anos, coincidindo com a implementação do primeiro PDS de Lisboa, foram de tomada de consciência do envelhecimento urbano, da necessidade de estruturar o apoio à população idosa e de melhorar as condições de apoio às crianças e jovens. É neste contexto, de final da crise social e estruturação da Rede, que se explica a vontade de aproximar o planeamento do terreno, um olhar em paralelo sobre jovens e idosos, a atenção às vulnerabilidades e o emprego.

Em resumo, grosso modo e retirando a conclusão do Plano de Desenvolvimento Social 2013-2015 que decorreu em simultâneo com a fase inicial de Diagnóstico, foram realizados sete momentos de auscul-

tação, a diferentes públicos e distintas escalas, com prévia e trabalhosa preparação, para generosos períodos de resposta, dando lugar a uma complexa análise dos resultados obtidos; em conclusão, este Plano não sendo já desconhecido dos membros da Rede, é sem dúvida um compromisso arduamente alcançado cujo resultado global surge inovador e motivador.

Alguns factos ou dados merecem destaque, como sejam: a participação de 22 freguesias - apesar estarem constituídas 18 Comissões Sociais de Freguesia; na fase final de auscultação por Método Delphi participaram 185 organizações - ou seja quase metade do total; e as quase 300 pessoas que generosamente participaram nos Workshops e Encontros, nestes últimos falando directamente com as pessoas a quem em particular nos queremos dirigir - idosos, crianças, desempregados e pessoas sem-abrigo.

Não poderíamos terminar esta já extensa “Nota Introdutória” sem um sentido reconhecimento e penhorado agradecimento à vasta equipa de especialistas da Câmara Municipal de Lisboa, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e Centro Distrital de Lisboa do Instituto de Segurança Social, que desenvolveu todo este notável trabalho.

Aprovado o Diagnostico Social de Lisboa 2015-2016 e o Plano Desenvolvimento Social de 2017-2020 pelo Conselho Local de Acção Social, fica lançado a cada um e ao conjunto de todos os seus membros o desafio da sua implementação, na dupla escala da Freguesia e do Município.

Estamos certos que juntos iremos fazer o nosso melhor por Lisboa.

João Afonso

Presidente do Conselho Local de Acção Social
Vereador do Pelouro dos Direitos Sociais da Câmara Municipal de Lisboa

Plano de Desenvolvimento Social 2017-2020

— Etapas do Processo Metodológico

1. Aprovação pelo CLAS do conteúdo do Diagnóstico Social de Lisboa 2015-2016 - capítulos temáticos – 20ª Reunião Plenária (09 ABR 2015);
2. Lançamento dos Inquéritos sobre as “Problemáticas e Prioridades Sociais nas Freguesias de Lisboa” JF e CSF (22 respostas recebidas entre 22-06-2015 e 14-12-2015) – Relatório anexo, e Membros do CLAS (82 respostas recebidas entre 30-06-2015 e 14-10-2015) – Relatório em elaboração pelo IGOT-Universidade de Lisboa;
3. Conclusão do PDS 2013-2015 (final de 2015) e aprovação do Relatório Final de Avaliação da Agenda Estratégica 2013-2015 na 25a Sessão Plenária do Conselho Local de Acção Social (09 MAR 2016). Neste participaram cerca de 182 técnicos de mais de 100 organizações, com um envolvimento progressivo das Comissões Sociais de Freguesia, tendo transitado para o novo PDS 2017-2020 algumas ações/grupos de trabalho, conforme explicitado no capítulo 3;
4. Realização de quatro Workshops que envolveram cerca de 160 participantes (entre parceiros institucionais, organizações e peritos), para debate e participação pública sobre os seguintes temas:
 - I. Infância, Juventude e Família (10-03-2016);
 - II. População Idosa e Envelhecimento Saudável (11-03-2016);
 - III. Desemprego, Qualificação e Empregabilidade Local (14-03-2016);
 - IV. Pobreza e Inclusão Social (15-03-2016);

- 5.** Realização de Encontros com diferentes públicos-alvo que envolveram cerca de 135 participantes com o objectivo de debater os problemas e dificuldades do quotidiano, as carências de apoio social sentidas pelo próprios, recolher as suas opiniões sobre quais as soluções e as respostas de apoio necessárias:
- I. Pessoas Sem-abrigo (07 ABR 2016) – cerca de 18 pessoas em condição de sem-abrigo;
 - II. Idosos (08 ABR 2016) – cerca de 24 pessoas idosas;
 - III. Desempregados (03 MAI 2016) – cerca de 20 pessoas desempregadas;
 - IV. Crianças (18, 19 e 24 de MAI e 7 de JUN) – cerca de 70 crianças entre os 7 e os 12 anos em 4 encontros distintos com diferentes agrupamentos de escolas.
- 6.** Aprovação da Sinopse do Diagnostico Social de Lisboa – 26ª Reunião Plenária (14 JUL 2016) Relatório anexo, da Matriz de Propostas de Eixos Estratégicos, Finalidades, Objetivos Gerais e Objetivos Específicos do Plano de Desenvolvimento Social de 2017-2020, e da metodologia de participação (Painel Delphi - 2 rondas);
- 7.** Processo participativo por Painel Delphi - Membros do CLAS (29 AGO 2016 a 27 OUT 2016) para validação dos Objetivos Gerais, Objetivos Específicos com exemplos de Medidas, para cada Eixo Estratégico do PDS 2017-2020 (185 participantes de um total de 425 entidades);
- 8.** Grelha-síntese de medidas do Plano de Desenvolvimento Social de Lisboa 2017-2020, seleccionadas para cada Eixo Estratégico com base nas propostas dos Grupos de Missão do anterior PDS, nos Inquéritos e no Diagnóstico Social de Lisboa 2015-2016, nos Workshops, nos Encontros com Públicos e nos resultados do Processo Participativo Delphi, e concertadas pelas três entidades da Comissão Tripartida da Rede Social de Lisboa (22 DEZ 2016), para aprovação.

PDS 2017-2020 — SELEÇÃO DAS MEDIDAS

Eixo	nr. de Medidas / nr. de página
Eixo 1: Reforço e Territorialização da Rede Social de Lisboa	15 .. 7
Eixo 2: Intervenção em Públicos-Alvo — Crianças e Jovens	17 .. 8
Eixo 2: Intervenção em Públicos-Alvo — Pessoas Idosas	21 .. 9
Eixo 3: Intervenção em Domínios de Maior Vulnerabilidade — Violência Doméstica	07 .. 10
Eixo 3: Intervenção em Domínios de Maior Vulnerabilidade — Deficiência	13 .. 11
Eixo 3: Intervenção em Domínios de Maior Vulnerabilidade — Saúde Mental	09 .. 12
Eixo 3: Intervenção em Domínios de Maior Vulnerabilidade — Comportamentos Aditivos	17 .. 13
Eixo 3: Intervenção em Domínios de Maior Vulnerabilidade — Sem Abrigo	20 .. 14
Eixo 4: Promoção da Empregabilidade	16 .. 15

total de medidas: 135

EIXO 1: REFORÇO E TERRITORIALIZAÇÃO DA REDE SOCIAL DE LISBOA

Objectivo Geral	Objectivo Específico	> Medidas
FINALIDADE: Dinamizar e potenciar o funcionamento da Rede Social		
Qualificar a Rede Social	Capacitar nas áreas de metodologia de projecto, gestão e dinamização de parcerias	<ul style="list-style-type: none"> > Formar técnicos nas áreas de Planeamento, Gestão e Dinamização de Parcerias > Realizar acções de formação/qualificação de acordo com as áreas de intervenção do PDS
Monitorizar a Coesão Social	Promover a monitorização e avaliação transversal a todos os eixos do PDS 2016-19	<ul style="list-style-type: none"> > Constituir Plataforma Interinstitucional para a manutenção de informação actualizada sobre a realidade social, na cidade de Lisboa > Adotar o Referencial Estratégico como instrumento de monitorização da coesão social da cidade > Implementar sistema de monitorização e avaliação da execução de medidas, acções e projectos do PDS
Valorizar e replicar as boas práticas de funcionamento da Rede Social	Promover a inovação nas respostas sociais	<ul style="list-style-type: none"> > Criar um “Selo Boa Prática Rede Social” e divulgação no CLAS, por forma a favorecer a replicação dessas práticas; > Implementar a Carta Social Georreferenciada enquanto instrumento de apoio à gestão
FINALIDADE: Dinamizar e potenciar o funcionamento do CLAS		
Qualificar o CLAS	Actualizar e disponibilizar informação sobre os parceiros do CLAS	<ul style="list-style-type: none"> > Criar uma ficha on line de actualização de dados > Criar uma base de dados de actualização permanente
	Promover a colaboração institucional dos parceiros do CLAS de Lisboa	<ul style="list-style-type: none"> > Criar o Portal da Rede Social > Desenvolver projectos com parceiros do CLAS por áreas temáticas, em articulação com as Comissões Sociais de Freguesia,
FINALIDADE: Dinamizar e potenciar o funcionamento das CSF		
Territorializar a Intervenção	Criar e Implementar Programas de Acção Concertados com as CSF	<ul style="list-style-type: none"> > Seleccionar os territórios com públicos/ problemáticas de intervenção prioritária > Concertar com as CSF os Planos de Acção que respondam às problemáticas identificadas,
Qualificar as CSF	Reforçar o papel das CSF na concretização do PDS e Planos de Acção	<ul style="list-style-type: none"> > Mobilizar os técnicos dos Núcleos Executivos das CSF para a implementação do PDS; > Criar Programas de Acção para implementação do PDS nas CSF

EIXO 2: INTERVENÇÃO EM PÚBLICOS-ALVO — CRIANÇAS E JOVENS

Objectivo Geral	Objectivo Específico	> Medidas
FINALIDADE: Carta Estratégica para as crianças da cidade de Lisboa, através da articulação das políticas direccionadas para infância e juventude		
Consolidar uma intervenção integrada	Promover a implementação local de sistemas de intervenção com famílias que garantam uma maior protecção das crianças/jovens em cada território	<ul style="list-style-type: none"> > Adoptar procedimentos comuns de referência e acompanhamento de crianças e jovens em risco; > Realizar acções de qualificação dos agentes/respostas / serviços de primeira linha do Sistema Promoção e Protecção > Potenciar e replicar Grupos de Trabalho técnicos interinstitucionais de acompanhamento de famílias com crianças e jovens (CSF e escolas).
	Melhorar e alargar a intervenção na área das competências parentais	<ul style="list-style-type: none"> > Concluir e manter actualizado o guia de recursos na área das competências parentais; > Implementar um programa integrado de desenvolvimento de competências parentais; > Optimizar/reforçar as respostas já existentes, identificadas como de boas práticas.
	Reforçar e ampliar programas e projectos de desenvolvimento de competências pessoais e sociais das crianças e jovens	<ul style="list-style-type: none"> > Mapear as Entidades/Projectos, existentes na cidade e localmente, com acções de prevenção dirigidas a crianças e jovens > Implementar localmente Planos interinstitucionais de prevenção de comportamentos de risco junto de crianças e jovens > Desenvolver Projectos de prevenção da violência e combate ao bullying;
Promover a salvaguarda dos Direitos das Crianças	Promover a adopção, pelas organizações da cidade, de práticas promotoras da efectivação dos direitos das crianças	<ul style="list-style-type: none"> > Realizar cursos de formação certificados pelas Escolas Superiores de Educação, para professores e assistentes operacionais, nas áreas de gestão de conflitos, actuação nas situações de indisciplina e sistema de promoção e protecção de crianças e jovens. > Articular com o “Plano Lisboa Cidade Amiga das Crianças”, no âmbito da candidatura municipal ao Programa “Cidades Amigas das Crianças” apresentada à UNICEF;
	Melhorar as condições de segurança para as crianças, nos territórios envolventes às escolas e nos bairros	<ul style="list-style-type: none"> > Realizar acções que reforcem a participação das autoridades (agentes da PSP e Municipais) na efectivação dos direitos da criança e do jovem > Desenvolver projectos locais e interinstitucionais de melhoria das condições de segurança, nos bairros.
Incrementar e valorizar as respostas em contextos não formais e de lazer	Aprofundar o conhecimento sobre as intervenções desenvolvidas em contextos não formais e de lazer	<ul style="list-style-type: none"> > Criar uma Carta de Espaços, formais e não formais, para crianças e jovens; > Dinamizar uma rede de partilha de experiências/ facilitação de contactos.
	Diversificar abordagens e metodologias, através da participação de crianças, jovens e famílias	<ul style="list-style-type: none"> > Identificar e divulgar boas práticas > Realizar projectos locais no terreno que privilegiem: <ul style="list-style-type: none"> - A participação de dinamizadores comunitários no terreno - Abordagens intergeracionais; - Desenvolvimento de projectos e acções de voluntariado com a participação de jovens

EIXO 2: INTERVENÇÃO EM PÚBLICOS-ALVO — PESSOAS IDOSAS

Objectivo Geral	Objectivo Específico	> Medidas
FINALIDADE: Promover a qualidade de vida e a autonomia das pessoas idosas		
Prevenir e combater o isolamento social	Promover a autonomia e a inclusão social das pessoas idosas nas comunidades	<ul style="list-style-type: none"> > Reforçar e alargar os mecanismos de sinalização, avaliação, encaminhamento e acompanhamento de idosos em situação de vulnerabilidade e isolamento; > Criar procedimentos de sinalização de situações dos idosos desconhecidos dos serviços, em locais de atendimento público frequentadas por idosos (Farmácias, Centros de Saúde, JF); > Criar uma linha de atendimento telefónico/endereço de correio electrónico única para sinalizações de idosos vulneráveis; > Identificar e reforçar respostas facilitadoras da mobilidade e deslocação da pessoa idosa; > Reforçar a organização do voluntariado de apoio a idosos isolados.
	Potenciar a longevidade das pessoas idosas com competências sociais reforçadas	<ul style="list-style-type: none"> > Identificar idosos activos nas Comissões Sociais de Freguesia para a participação dos idosos na vida comunitária (mentores e líderes comunitários); > Divulgar as oportunidades ocupacionais e de desenvolvimento pessoal dos seniores;
Valorizar as competências das pessoas idosas	Fomentar o envelhecimento activo e a participação cívica dos idosos	<ul style="list-style-type: none"> > Desenvolver projectos locais, envolvendo os idosos como produtores de conhecimento e mais-valias nas artes e na cultura; > Reforçar o papel dos equipamentos culturais da cidade como locais facilitadores do processo de integração e valorização das pessoas idosas; > Identificar, divulgar e replicar práticas inovadoras de envelhecimento activo e saudável > Desenvolver projectos locais de lazer, de cariz cultural e intergeracional (formação, artes e ofícios) para reforço da cidadania e da participação cívica > Incentivar o voluntariado, o movimento associativo e a participação cívica das pessoas idosas;
FINALIDADE: Requalificar, inovar e diversificar as respostas e serviços para a população idosa		
Adequar e redimensionar as respostas para idosos	Promover respostas adequadas aos interesses e necessidades dos idosos	<ul style="list-style-type: none"> > Promover a reconversão progressiva de algumas respostas, em espaços de carácter comunitário, destinado a diferentes grupos etários; > Criar o “Balcão Sénior” em Lisboa como pólo agregador de serviços públicos e informações dirigidas aos idosos (reforma, tempos livres, saúde transportes, apoio social, tecnologia da informação, entre outros); > Rentabilizar os bancos de ajudas técnicas já existentes para apoios temporários com o envolvimento de todos os parceiros > Articular e diversificar as respostas do tipo UTI (Universidades para a Terceira Idade);
	Reforçar as competências técnicas para a intervenção	<ul style="list-style-type: none"> > Desenvolver ações de formação e qualificação de profissionais na área da gerontologia (em particular na área da demência) > Criar/Reforçar um programa de formação de ajudantes familiares e cuidadores informais domiciliários > Promover a qualificação/formação de voluntários para apoio e acompanhamento de pessoas idosas
Promover Respostas Locais Integradas de Apoio à Pessoa Idosa	Apoiar o desenvolvimento de Redes Locais e de respostas de proximidade para a pessoa idosa	<ul style="list-style-type: none"> > Implementar respostas integradas de apoio e acompanhamento da população idosa com todos os agentes de intervenção; > Apoiar/reforçar a criação de respostas de pequenos arranjos e reparações domésticas para melhoria das condições de habitabilidade dos idosos – “Oficina Domiciliária”.

EIXO 3: INTERVENÇÃO EM DOMÍNIOS DE MAIOR VULNERABILIDADE — VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Objectivo Geral	Objectivo Específico	> Medidas
FINALIDADE: Promover a prevenção, protecção e (re)inserção das vítimas de violência doméstica		
	Criar uma Rede especializada de intervenção na área da violência doméstica	<ul style="list-style-type: none"> > Constituir e implementar uma Rede Especializada - Protocolo de cooperação entre as diferentes instituições que intervêm, direta e indirectamente, na área da violência doméstica (VD); > Elaborar um Guião de Suporte à Intervenção e Apoio as Vítimas de VD na cidade: instrumentos e procedimentos, sistema de referênciação, canais de comunicação, funcionamento e interlocutores;
Diversificar as respostas e promover políticas articuladas de intervenção	Criar novas respostas de intervenção e potenciar as respostas existentes	<ul style="list-style-type: none"> > Promover o desenvolvimento de respostas de Centro de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica (de acordo com as recomendações de capitação do Conselho da Europa); > Criar uma “Equipa de Intervenção Especializada”, incluindo intervenção em crise (em funcionamento 24h/dia todos os dias do ano) dotada de viatura > Criar um “Centro de Alojamento de Emergência” com equipa de diagnóstico integrado, para mulheres e homem, com ou sem crianças, em espaços físicos distintos; > Criar “Apartamentos Transitórios e Apoiados” para vítimas que não tenham necessidade ou características para Alojamento de Emergência ou de Casa Abrigo > Elaboração e apresentação publica de um Relatório Anual de boas práticas de intervenção (judicial, social, policial,...) que consubstencie medidas eficazes de afastamento de agressores.

EIXO 3: INTERVENÇÃO EM DOMÍNIOS DE MAIOR VULNERABILIDADE — DEFICIÊNCIA

Objectivo Geral	Objectivo Específico	> Medidas
FINALIDADE: Promover a qualidade de vida e integração da pessoa com deficiência		
Promover a autonomia e a vida independente	Contribuir para a inclusão social activa, promovendo a vida independente	<ul style="list-style-type: none"> > Realizar acções de sensibilização a população e agentes económicos para a participação, autonomia e vida activa da pessoa com deficiência; > Promover a criação de redes de apoio ao cidadão com deficiência que contribuam para a Vida Independente;
	Promover a participação no mercado de trabalho	<ul style="list-style-type: none"> > Promover a divulgação junto das empresas, por parte dos Gabinetes de Inserção Profissional e Redes de Empregabilidade, de medidas de apoio ao emprego; (Eixo 4 > Articular com empresas/instituições /associações para a criação de postos de trabalho, identificando pessoas deficientes com perfil adequado e libertando vagas em Centro de Actividades Ocupacionais - CAO
	Desenvolver projectos de melhoria da acessibilidade e mobilidade	<ul style="list-style-type: none"> > Realizar projectos de melhoria da acessibilidade aos equipamentos sociais; > Alargar a oferta de resposta de transporte adaptado, através de: <ul style="list-style-type: none"> - Reforço da articulação com a Carris por forma a aumentar essa oferta; - Dotar o transporte solidário assegurado pelas Juntas de Freguesia de acompanhamento e equipamento adequado às necessidades;
	Promover o acesso à Educação Inclusiva	<ul style="list-style-type: none"> > Informar e formar técnicos e pais sobre estratégias de intervenção dirigidas a crianças e jovens com necessidades educativas especiais; > Alargar a oferta de projetos/acções de educação não formal que incluam crianças e jovens com necessidades educativas especiais
Diversificar as respostas e promover a articulação da intervenção	Inovar e reforçar as respostas existentes	<ul style="list-style-type: none"> > Alargar o número de vagas em Centros de Actividades Ocupacionais (CAO) e Lares Residenciais > Qualificar os Lares residenciais de modo promoverem acções de estimulação para deficientes profundos que não possam frequentar a resposta CAO > Disponibilizar respostas de integração em apartamentos com apoio técnico adequado ao tipo e nível de deficiência.
	Promover dinâmicas de proximidade de apoio às famílias	<ul style="list-style-type: none"> > Aumentar e diversificar projectos de Ocupação de Tempos Livres e Programas de Férias Escolares; > Criar um projecto de descanso do cuidador

EIXO 3: INTERVENÇÃO EM DOMÍNIOS DE MAIOR VULNERABILIDADE — SAÚDE MENTAL

Objectivo Geral	Objectivo Específico	> Medidas
FINALIDADE: Promover a qualidade de vida e integração da pessoa com problemáticas de saúde mental		
Diversificar respostas e promover políticas articuladas de intervenção	Promover a articulação entre Serviços Sociais/ Comunitários, Serviços de saúde e Serviços de Justiça	<ul style="list-style-type: none"> > Constituir uma plataforma com as entidades públicas e as do sector social relevantes, com vista à celebração de um protocolo para uma efectiva articulação no atendimento, acompanhamento e encaminhamento das situações de saúde mental; > Criar mecanismos de articulação entre os Serviços de Saúde (primários e de especialidade) e os Serviços Sociais / Comunitários
	Qualificar a intervenção e replicar boas práticas	<ul style="list-style-type: none"> > Criar programas de formação/qualificação de profissionais que trabalham com crianças e jovens em situação de risco e pessoas com problemáticas de saúde mental. > Identificar e replicar boas práticas
	Reforçar as estruturas comunitárias de apoio aos doentes, famílias, e cuidadores	<ul style="list-style-type: none"> > Constituir e formar redes de voluntários; > Dotar algumas respostas de apoio domiciliário com cuidados de saúde mental; > Identificar respostas a criar, em função de lacunas existentes para grupos/problemáticas específicas > Incrementar projetos e ações de cariz ocupacional e de promoção da empregabilidade > Avaliar e reactivar projectos BIP/ZIP com identificação de atores capacitados

EIXO 3: INTERVENÇÃO EM DOMÍNIOS DE MAIOR VULNERABILIDADE — COMPORTAMENTOS ADITIVOS (CAD)

Objectivo Geral	Objectivo Especifico	> Medidas
FINALIDADE: Prevenir, reduzir riscos, minimizar danos e reinserir pessoas com comportamentos aditivos		
	Reforçar a intervenção preventiva em comportamentos aditivos no contexto escolar e comunitário	<ul style="list-style-type: none"> > Promover a articulação com o Eixo 2 – Público-Alvo Crianças e Jovens nas seguintes áreas: > Desenvolver intervenções multicomponentes (informativa, desenvolvimento de competências pessoais e sociais e ambiental/reguladora); > Capacitar um maior nº técnicos de agrupamentos de escolas, para a sinalização, abordagem e eventual encaminhamento de alunos para Projectos de Prevenção Indicada; > Incremento da intervenção em contexto de rua, nos espaços e contextos de convívio de jovens (ex: bairros, portas das escolas) > Criar uma rede de Respostas de Gabinetes de Atendimento a Jovens com problemáticas associadas aos CAD > Desenvolver intervenções ao nível das dependências sem substância (ex. jogo online/ offline- Gaming e Gambling) > Disseminar metodologias de trabalho de/entre pares: técnicos e mediadores comunitários/peritos de experiência
Diversificar respostas e promover a articulação das políticas	Consolidar e alargar a intervenção na redução de riscos e minimização de danos	<ul style="list-style-type: none"> > Alargar a informação sobre práticas de consumos menos danosos, recorrendo a diferentes estratégias e para diferentes contextos; > Alargar e intensificar a intervenção nos contextos recreativos (ex. CheckIn); > Reforçar e replicar a integração de mediadores pares (utilizadores de drogas) nas equipas de RRMD (ex. In Mouraria e CheckIn); > Alargar as respostas de RRMD em centros de redução de riscos na cidade; > Incluir intervenções de RRMD nas práticas de desenvolvimento comunitário > Reforçar e articular o trabalho realizado pelos projectos de RRMD existentes na cidade (Centro de Acolhimento, PSOBLE-LX, Equipas de Rua, e PSOBLE no Centro de Abrigo) > Reforçar a articulação entre os projectos de RRMD e outras estruturas de parceria da Cidade;
	Promover a reinserção de pessoas com comportamentos aditivos e dependências	<ul style="list-style-type: none"> > Consolidar a articulação interinstitucional ao nível do acompanhamento de consumidores, priorizando o acompanhamento após a saída de internamentos de longa duração ou de períodos de reclusão > Promover a articulação com o “Eixo 3 - Pessoas Sem Abrigo” em matéria, respectivamente de: <ul style="list-style-type: none"> - Alternativas residenciais em período de transição sem suporte familiar (ex: Housing First) - Espaços ocupacionais, abertos e de ocupação diurna para toxicodependentes sem-abrigo, como alternativa a estar na rua > Promover a articulação com o “Eixo 4 – Empregabilidade”, respectivamente: <ul style="list-style-type: none"> - Respostas de formação e/ou de emprego para cidadãos em fase activa de consumos - Relações institucionais com entidades na área do emprego/formação
Avaliar e qualificar a intervenção	Qualificar e promover a avaliação do impacte das intervenções	<ul style="list-style-type: none"> > Estabelecer protocolos com universidade/centros de investigação para avaliação do impacte das intervenções; > Alargar a oferta formativa sobre CAD's para diferentes grupos profissionais
	Replicar boas práticas de abordagem integrada nas CSF	<ul style="list-style-type: none"> > Adoptar abordagens integradas, replicando boas práticas existentes

EIXO 3: INTERVENÇÃO EM DOMÍNIOS DE MAIOR VULNERABILIDADE — SEM ABRIGO

Objectivo Geral	Objectivo Específico	> Medidas
FINALIDADE: Promover a inserção social das pessoas em situação de sem-abrigo		
Monitorizar a população sem abrigo e os recursos e respostas sociais	Garantir a permanente monitorização do fenómeno, com vista à adequação das respostas às necessidades reais	<ul style="list-style-type: none"> > Criar uma plataforma de informação georreferenciada como instrumento de monitorização da população sem-abrigo; > Definir indicadores relativos ao fenómeno sem-abrigo a disponibilizar para os Diagnósticos Sociais e Planos de Acção das Comissões Sociais de Freguesia > Identificar as problemáticas de saúde da população sem-abrigo, com especial incidência na saúde mental
Monitorizar a população sem abrigo e os recursos e respostas sociais	Assegurar a permanente actualização de informação sobre recursos e respostas para as Pessoas Sem Abrigo (PSA)	<ul style="list-style-type: none"> > Editar o “Guia de Recursos Técnicos da Cidade de Lisboa” > Editar um “Guia Técnico de Respostas de Alojamento e Inserção” para divulgar entre os técnicos das instituições parceiras; > Publicar um documento que sintetize o trabalho que é efectuado no NPISA pelo conjunto dos parceiros, a sua identidade e a sua acção enquanto instituição;
Melhorar e otimizar a intervenção a nível local	Reforçar as respostas de inserção e de empregabilidade da PSA	<ul style="list-style-type: none"> > Criar um Centro de Inovação para o Emprego > Ampliar as respostas de inserção diurnas orientadas para a qualificação e capacitação pessoal para a empregabilidade > Possibilitar o acesso das pessoas sem -abrigo a actividades culturais e recreativas e da vida sociocultural da cidade, nomeadamente através da angariação e distribuição de ingressos para diferentes espectáculos eventos culturais e artísticos;
Melhorar e otimizar a intervenção a nível local	Redimensionar e diversificar as respostas existentes (em estreita articulação com as metas do “Programa Municipal para a Pessoa Sem Abrigo 2016-2018”	<ul style="list-style-type: none"> > Criar 4 novos Núcleos de Apoio Local no Cais do Sodré / Santos; Restauradores; Santa Apolónia e Parque das Nações; > Criar novas respostas de alojamento para as PSA ,através da implementação de um programa de alojamentos partilhados > Ampliar o número de respostas de alojamento de inserção, através do “housing first” > Diminuir o número de vagas em respostas de alojamento de emergência
Optimizar a dinâmica de funcionamento interno do NPISA	Articular o NPISA com os outros parceiros e/ ou redes locais	<ul style="list-style-type: none"> > Reforçar a articulação entre o NPISA e as Direcções Executivas dos ACES de Lisboa, e respectivos Centros de Saúde, para facilitar o acesso aos cuidados primários de saúde das PSA; > Consolidar a articulação com os cuidados de saúde especializados, na área da saúde mental e dos comportamentos aditivos (Em articulação com Eixo 3 - saúde Mental e Aditivos); > Integrar o IEFP no Conselho de Parceiros do NPISA de forma a melhorar as respostas de inserção ao nível das qualificações e da empregabilidade (Em articulação com o Eixo 4 - Empregabilidade) > Estabelecer metodologias de intervenção e articulação com outras estruturas concelhias da área Metropolitana de Lisboa de apoio às pessoas sem-abrigo
Optimizar a dinâmica de funcionamento interno do NPISA	Conceber e implementar um Plano de Comunicação para o NPISA	<ul style="list-style-type: none"> > Criar uma plataforma de comunicação sobre as actividades dos parceiros do Núcleo de Planeamento e Intervenção para a Pessoa Sem Abrigo > Editar uma Newsletter do Núcleo de Planeamento e Intervenção para a Pessoa Sem Abrigo, com versão online e em suporte papel, para distribuição junto das pessoas sem abrigo; > Realizar uma Campanha de Sensibilização e Informação sobre a realidade dos Sem-Abrigo;

EIXO 4: PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

Objectivo Geral	Objectivo Específico	> Medidas
FINALIDADE: Reforçar e ajustar competências das pessoas ao mercado de trabalho		
Reforçar as competências pessoais e sociais facilitadoras da inserção no mercado de trabalho	Valorizar as competências pessoais, centradas nos indivíduos e nas experiências de vida, estruturando-as, antes de qualquer intervenção qualificante ou de inserção direta no mercado de trabalho	<ul style="list-style-type: none"> > Promover o desenvolvimento de acções conducentes à valorização das competências pessoais e sociais junto dos indivíduos e das instituições > Criar um instrumento de validação da aquisição de competências pessoais e sociais com vista ao seu reconhecimento por parte das entidades empregadoras
	Valorizar a adaptação ao indivíduo e ao meio profissional dos referenciais de formação de competências pessoais.	<ul style="list-style-type: none"> > Articular, com as entidades competentes, a flexibilização / adaptação dos referenciais de formação dos módulos comportamentais, no quadro dos grupos profissionais. > Estabelecer uma plataforma de entidades formativas na vertente de desenvolvimento de competências pessoais e sociais
Potenciar e valorizar o perfil de competências profissionais	Promover projetos locais de capitalização de competências não formais	<ul style="list-style-type: none"> > Dinamizar os mercados municipais com a participação de artesãos desempregados.); > Articular os projetos de empreendedorismo inclusivo (Economia Criativa e a Incubadora Social de Lisboa) com o ecossistema empreendedor de Lisboa
	Dotar os Gabinetes de Apoio à Empregabilidade da figura do Tutor para o acompanhamento dos processos de requalificação e da inserção no mercado de trabalho	<ul style="list-style-type: none"> > Capacitar os profissionais dos gabinetes de apoio à empregabilidade, de competências de tutoria em articulação com o IEFP > Promover um Programa de Voluntariado para complementar a intervenção dos profissionais dos Gabinetes de Apoio à Empregabilidade
	Alargar medidas de apoio para públicos específicos (ex: medida Emprego apoiado, Vida emprego, ...)	<ul style="list-style-type: none"> > Identificar e promover projetos-piloto da área de empregabilidade com públicos específicos; > Promover a partilha de experiência e replicar boas práticas.
FINALIDADE: Incrementar a capacidade de resposta local		
Aumentar a proximidade entre a população em idade ativa e os agentes empregadores	Capacitar as Comissões Sociais de Freguesia (CSF)/ Juntas de Freguesias com ferramentas para a elaboração de diagnósticos locais do tecido empresarial e social da área geográfica	<ul style="list-style-type: none"> > Dotar as instituições de informação sobre o tecido empresarial e o perfil social da área de intervenção; > Sensibilizar e dinamizar as instituições para o desenvolvimento de projectos com o tecido empresarial
	Promover a realização de ações locais de divulgação de ofertas de emprego	<ul style="list-style-type: none"> > Apoiar a divulgação das redes locais/grupos de empregabilidade junto do tecido empresarial e sensibilizar estes para a divulgação dos perfis e ofertas de trabalho > Apoiar a realização de feiras e outras plataformas de emprego em articulação com a Rede Emprega Lisboa e o Programa Municipal para a Economia Social e Promoção da Empregabilidade em Lisboa (PMESPEL)
Fortalecer e replicar as redes para a empregabilidade	Reforçar o papel da comunidade local	<ul style="list-style-type: none"> > Identificar e criar front-offices da área do emprego, em áreas geográficas a descoberto. > Participar no Conselho Consultivo para a Empregabilidade (CML) como forma de facilitar a coordenação entre as Redes de Empregabilidade



Plano de
**Desenvolvimento
Social 2017-2020**

CML/GVJA JANEIRO 2017 _ v.7

